



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 1ª Sessão Ordinária / 30 de abril de 2024

PREÂMBULO

---Aos **trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 13/12/2023; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2023; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2024 (PPI e PPA); -----

---**Ponto 6** – Apreciação do Inventário a 2023/12/31; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação da alteração ao Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) 2023/2024; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do aditamento ao Contrato de Objetivos entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para o ano 2024; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e ratificação da adesão da Freguesia de Belém ao Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e o Fundo Ambiental para a operacionalização do Programa “Vale Eficiência”; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a SESC – Sociedade de Estudos Superiores e Culturais, S.A.; -----

---**Ponto 11** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular em Gestão do Lazer e Animação Turística celebrado entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) – Bernardo Galhofa; -----

---**Ponto 12** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular em Gestão do Lazer e Animação Turística celebrado entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) – Filipe Fernandes; -----

---**Ponto 13** – Apreciação e aprovação do Regulamento de Utilização dos Moinhos do Parque dos Moinhos de Santana, Belém, Lisboa; -----

---**Ponto 14** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Polidesportivo de Caselas; -----

---**Ponto 15** – Apreciação e ratificação do Regulamento da 10.ª Edição da Corrida de Belém – edição de 2024; -----

---**Ponto 16** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS), e secretariada por Teresa Vaz de Carvalho, em substituição de António Pedro da Fonseca Delicado (PSD), Primeira Secretária, e Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Maria Teresa Anadia, em substituição de Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----

---Maria da Conceição Matoso, em substituição de Diogo Afonso de Belfort Henriques (CDS-PP)-

---Carlos Alberto Gomes Alves, em substituição de Filipa Machado Vaz (CDS-PP)-----

---Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----

---Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Eduardo Viana, em substituição de Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Pedro Lancaestre, em substituição de Ana Mafalda Sim-Sim Neves (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- Beatriz Águas (Munícipe) ---

Eu estou aqui em representação da Ambex, que é a Associação de Moradores da Freguesia de Belém. É uma associação que existe desde 1999, está legalmente constituída, os seus estatutos, assim como as alterações, podem ser consultados no portal do Ministério da Justiça.

E portanto, estou aqui a representar algumas das preocupações dos moradores de Caselas, relativamente ao Polidesportivo de Caselas. Apesar de o ponto ter sido retirado, e eu congratulo o Sr. Presidente por essa iniciativa, não posso deixar de exprimir que a Ambex, na sua génese, foi constituída muito pela população de Caselas. E portanto, apesar de neste momento os órgãos sociais não terem representantes de moradores de Caselas, é de todo o coração que aqui estou a representar aquilo que são as suas preocupações relativamente ao polidesportivo.

Quero, contudo, dizer ao Sr. Presidente que compreendemos e que lhe agradecemos o facto de ter ouvido a população, e de o projeto de arquitetura, que inicialmente estava previsto, neste momento já não estar em cima da mesa.

Contudo, está em cima da mesa um regulamento que – não me vou estender nesta minha apreciação, creio que aquilo que mais preocupa a população é a utilização das oito da manhã às dez da noite, numa rua que é mais ou menos como esta que aqui vemos em frente, e podemos imaginar aquilo que será, à frente desta rua e à frente do Centro Social, um polidesportivo aberto das oito às dez da noite, com todo o tipo de atividades desportivas, com todo o barulho que isso implica. Hoje vamos sair daqui às onze da noite, tranquilamente, a população está aqui muito tranquila, não ouviu barulho, sai tudo pacatamente e ordeiramente, mas em Caselas, se o regulamento tiver a configuração que está prevista, a população não vai ter direito ao descanso, população esta que tem crianças em idade escolar e que precisam de descansar, e que têm direito a esse descanso.

E portanto, esta minha intervenção não é mais do que isto: é, por um lado, congratular o Sr. Presidente pela iniciativa de ter modificado o plano inicial, mas também pedir a sensibilidade – e creio que já deu aqui um passo para esse efeito – pedir a sua sensibilidade para aquilo que é a grande preocupação da população de Caselas, que é o estacionamento, a circulação, a mobilidade, e sobretudo o direito ao descanso que a população tem.

--- Elisenda Pérez (Munícipe) ---

Eu também vinha apelar ao tema do polidesportivo de Caselas. Tinha aqui uma série de pontos. Visto que hoje não vai ser discutido, se calhar não faz sentido estar a analisá-los concretamente, mas tenho a preocupação, tenho todas as preocupações que a Beatriz Águas disse, concordo plenamente com ela.

E para além disso, gostava de saber como é que vai ser feita esta consulta, quando é que vai ser feita, em que moldes, e como é que nós, moradores, vamos saber dessa consulta, como é que

tudo isto vai acontecer a partir de agora, para sermos ouvidos e para podermos dar as nossas opiniões, que se baseiam no tema do descanso, no tema do estacionamento, no tema das crianças, que não sei como vão fazer para poder aceder ao local.

Enfim, gostava, por favor, se me pudessem elucidar nesses pontos.

--- Vítor Fino (Município) ---

A questão que me traz cá são só perguntas, mais nada.

Sobre o parque de jogos, a minha posição é conhecida, o parque de jogos é do clube, sempre foi. Portanto, foi expropriado, para mim continua a ser propriedade do clube, inequivocamente.

Mas, a primeira pergunta é esta: por que é que, de facto, a única coisa que motiva a Junta de Freguesia em Caselas é o parque de jogos? Não se dá pela presença da Junta de Freguesia em Caselas sem ser pelo parque de jogos. Não há um único exemplo – e se houver, que seja dado – da intervenção da Junta de Freguesia em Caselas, um só bastava.

De qualquer maneira, outra pergunta é: por que é que a Junta de Freguesia não se preocupa, de facto, com os interesses dos fregueses, para além do parque de jogos de Caselas? Tem os problemas dos transportes, que não resolve – o 14, o 32; tem agora o estacionamento lá em baixo, no Largo de Belém, dos *Tuk Tuk* e dos Uber num sítio onde inundam a paragem dos autocarros – do 14, do 51, do 28 – que vêm para cima, e sobem a Rua dos Jerónimos. Portanto, está ali um parque de estacionamento de um lado dos *Tuk Tuk*, está outro parque de estacionamento dos Uber, do outro lado, do lado do Mosteiro dos Jerónimos. Os autocarros querem ter acesso para a paragem, e muitas vezes não têm. Toda a gente vê isto, as pessoas da Junta de Freguesia também veem – eu acho que sim, que veem; se não fazem nada é porque não querem, mas estão lá todos os dias Uber e *Tuk Tuk* parados, a dificultar o acesso dos autocarros às paragens.

Para além disso, por exemplo, outra vez em Caselas, outra pergunta é, de facto, por que é que não arranjam os passeios em Caselas. No Largo da Igreja, os autocarros a darem a volta – o 32, o 23, o 14 – a curva que está feita cá em baixo, na Rua Padre Reis Lima, em frente ao clube, que tem uma proteção própria para que os autocarros não danifiquem ali os passeios – e não danificam – por que é que lá em cima não fazem o mesmo? Já está aquilo assim, até que, de facto, a deterioração chegará ao extremo.

Por outro lado, agora que já está o calor aí, do lado lateral da igreja estão ervas que são da minha altura. Estão secas, estão a secar, e portanto, são combustíveis – são combustíveis, e de que maneira. Portanto, não foram cortadas. Todos os anos é uma situação recorrente, até que, de facto, as pessoas telefonam para a Câmara, e para a Junta, e alguma vez lá vão cortar aquilo.

Outra pergunta é: por que é que no adro da igreja abateu aquela parte onde as trepadeiras se entrelaçam, e fazem ali uma cobertura? Já abateu há mais de um ano. A Junta de Freguesia só chegou lá e pôs duas coisas, que era não sei para quê, se era para proteger, se era só para interditar, se para que era.

Aqui a questão, de facto, objetiva, é esta – e retomo a situação inicial: por que é que a Junta de Freguesia só se preocupa em relação a Caselas com o parque de jogos? Tudo isto são situações recorrentes, que eu há anos que venho aqui a falar, para além daquilo que são as mesas e as cadeiras que estão ali no jardim, que estão deterioradas, que estão vandalizadas, e que nunca foram substituídas – nunca foram substituídas.

Agora, a questão, de facto, para terminar é só esta: se vem aqui a resposta fatal, que eu ouço há uma data de anos, que é “isso é com a Câmara”, então digam-me, que me vou já embora, não vale a pena continuar aqui. Se a resposta para estas coisas todas, e para mais aquelas que, enfim, não tenho mais tempo para colocar, mas se a resposta é que tudo isto que aqui eu disse é com a Câmara, que me digam já, que me vou embora imediatamente, não vale a pena estar aqui mais tempo.

--- Francisco Herdeiro (Município) ---

O proponente do regulamento de utilização do polidesportivo de Caselas, o Dr. Tiago Pessoa, enumera na sua proposta, no ponto terceiro, que o campo polidesportivo de Caselas é uma infraestrutura vocacionada para a realização de atividades desportivas, e que permite simultaneamente o desenvolvimento de atividades culturais, sociais, de lazer e de recreio.

E no ponto quinto, na perspetiva de colocar à disposição de fruição e utilização da população, a Junta de Freguesia de Belém pretende regulamentar a utilização do campo polidesportivo de Caselas, na perspetiva de promover a dinamização daquele espaço público e incentivar a prática desportiva.

No preâmbulo do mesmo regulamento, a Junta de Freguesia de Belém pronuncia-se atenta às necessidades desportivas da freguesia, e para tal, pretende, então, definir regras de funcionamento e cedência do espaço.

Porém, no capítulo um, art.º 1.º, n.º 2, *“o campo polidesportivo de Caselas é uma infraestrutura vocacionada para a realização de atividades desportivas, e que permite simultaneamente o desenvolvimento de atividades culturais”, etc.*

Adiante, no art.º 2.º, Ponto n.º 1, *“as instalações do campo polidesportivo de Caselas têm como finalidade a formação, competição, recreio e ocupação dos tempos livres”*. Noto que no regulamento inteiro, as palavras “formação” e “competição” aparecem esta única vez.

O disposto acima leva-me a questionar o seguinte:

1. Por que não foi esta proposta submetida a consulta pública, apesar de no regulamento indicar que o foi, citando a Legislação para o efeito?
2. Questiono também: dado que a Rua da Cruz a Caselas é uma via de sentido único, com apenas uma faixa de rodagem, onde estão reunidas as condições para que equipas com intenção de

competir no polidesportivo de Caselas possam estacionar autocarros e movimentar jogadores, equipas técnicas e demais elementos para o campo? E, da mesma forma, que condições existem no Bairro de Caselas para suportar e fazer circular o trânsito proveniente da afluência de familiares, amigos e demais espetadores destas competições?

Eu vivo na Rua da Cruz a Caselas, n.º 26, e sei que estas condições não existem, mas talvez os proponentes deste regulamento nos possam elucidar de tal.

Uma segunda questão, relativamente ao horário de funcionamento para fregueses, compreendido entre as dezassete e dezanove horas em dias úteis, e oito e meia e doze horas aos fins de semana e feriados: que mais atividades estão previstas para o polidesportivo, com exceção das já enumeradas na proposta, como as atividades promovidas ou patrocinadas pela Junta de Freguesia? E questiono também o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, se está prevista a utilização de tal modo exaustiva do campo que os habitantes da freguesia só possam usufruir dele duas horas por dia, ao dia de semana, e três horas e meia aos fins de semana e feriados.

Queria terminar a minha intervenção dizendo o seguinte: o campo polidesportivo de Caselas sempre teve acesso livre pelos fregueses, foi o campo onde o meu pai, que está nesta Assembleia de Freguesia, me ensinou a andar de bicicleta, e onde muitas vezes jogámos à bola. Pai e filho, como tantas famílias de Caselas sempre o fizeram.

A Junta de Freguesia enuncia em múltiplos pontos desta proposta que esta medida visa o melhor interesse dos fregueses, na procura de um maior acesso às atividades desportivas, com impacto direto na qualidade de vida e saúde dos fregueses e da freguesia, bem como promover a utilização deste espaço público. Pergunto, Sr. Presidente, se para um filho poder jogar à bola com o seu pai, num país onde os pais entram ao trabalho às nove e saem às seis, este tenha de pagar 50€ por hora, mais 10€ se precisarem de luz. Para promover a atividade desportiva, é preciso pedir tanto dinheiro às pessoas?

--- Manuel Ferreira (Munícipe) ---

Vou ser muito rápido e breve, embora o que venho aqui dizer já foi um pouco dito, mas dado que sou uma pessoa diferente das que estão aí, sem responsabilidades nesta Assembleia, não queria deixar de dar aqui uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que nos vai deixar, que apreciei o seu trabalho – é um cidadão anónimo que o diz – apreciei o seu trabalho, a sua idoneidade, a sua forma de estar, a sua tolerância, os seus não preconceitos. Espero que isto seja exemplo para outras pessoas. Dar-lhe uma palavra de apreço. Dizer-lhe que provavelmente, no futuro, terei mais discordâncias com o senhor, mas é a democracia. De qualquer maneira, desejo-lhe felicidades.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado pelas suas palavras, agradeço muito, e o elogio referente.

Não, eu não tenciono deixar, a não ser que algum acontecimento infausto me afaste da Assembleia, porque não há nenhuma incompatibilidade. Haveria incompatibilidade se fosse

executivo; sendo Presidente da Assembleia, não há nenhuma incompatibilidade. E também, estando disponível para presidir à Assembleia a qualquer momento, a Assembleia também não tem uma regularidade tal que me impeça de estar presente.

Em relação às discordâncias, isso é o sal e a pimenta da democracia, é o que faz parte, e é o que torna, obviamente, a atividade política mais interessante. E nesta função, cabe-me a mim até mais uma função de árbitro e de acompanhamento dessa democracia nesse papel, às vezes com falhas – uma delas hoje foi não ter registado as várias alterações nas várias Bancadas, logo no início dos trabalhos.

Há duas alterações na Bancada pela qual eu fui eleito, do CDS, há duas alterações também na Bancada do PSD, há uma alteração na Bancada do Partido Socialista, e de resto, consiste na substituição por um elemento do Partido Livre, que concorreu coligado. Já vimos em Assembleias anteriores que não há nenhum impedimento nesse sentido, e portanto, sendo eleito na lista e não estando disponível nenhum membro do Partido Socialista, essa substituição é possível. E a eleita da Iniciativa Liberal, Mafalda Sim-Sim, está também substituída pelo Pedro Lancastre, que também aproveito para cumprimentar, já tem sido habitual a sua participação.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto a estas questões que nos foram faladas, quanto à Sra. D. Beatriz Águas, da Ambex, manifestou várias preocupações sobre o polidesportivo de Caselas, nomeadamente quanto aos horários. Tomámos em devida nota, estamos a registar, e a partir de agora vamos registar as maiores preocupações das pessoas. Já tínhamos tido duas sessões – e não vou entrar em pormenores – em que foi debatida esta matéria. Com base nisso, tínhamos preparado um regulamento já com várias questões que tinham sido abordadas nessas duas reuniões, que foram bastante participadas, no Caselas Futebol Clube.

Mas, pronto, entendeu-se que devia haver uma sessão especialmente só para esse facto, só para esse caso concreto, e daí termos pedido para ser retirado hoje. E portanto, não vou agora discutir isso, diferenças de pontos de vista quanto a horários.

Sra. D. Elisenda Pérez, como é que vai ser feita a auscultação: a auscultação vai ser feita nos termos da Lei, vai ser notificada a população em geral, através dos órgãos próprios que nós temos. Pode haver duas formas de fazer: pedir às pessoas propostas, e também eventualmente arranjar uma forma, uma reunião para ouvir as pessoas, especialmente sobre esta matéria também. Isso ainda temos que tratar, em termos do Executivo, ainda sobre esta matéria, como é que iremos tratar desta matéria.

Quanto ao Sr. Vítor Fino, diz que o parque de jogos sempre foi do Clube de Futebol de Caselas, fez diversas reclamações, desde as paragens lá de baixo, do centro histórico de Belém, dos autocarros, até às calçadas de Caselas.

Quanto às calçadas de Caselas, que é uma matéria mesmo nossa, posso dizer-lhe que temos estado, consoante as ocorrências, a tratar desses assuntos. Não paramos, as nossas equipas não param diariamente.

Quanto às mesas e cadeiras, estão a ser trabalhadas no âmbito dos CDC's, temos isso previsto. E também a pérgula da igreja, que para nós é fundamental. Fizemos, há pouco, lá um pequeno trabalho, só para evitar o perigo – que aquilo estava em perigo – mas vamos fazer ali uma obra de fundo para arranjar aquela pérgula, que é bastante bonita, e vai ter que ser tudo arranjado, ali à volta da igreja, e está isso previsto também nos nossos CDC's.

Quanto ao Sr. Francisco Madaíl Herdeiro, também manifesta algumas preocupações sobre o polidesportivo de Caselas. Pronto, isto hoje foi adiado, não tem lógica estarmos hoje a desenvolver este ponto, porque ainda temos de reunir o Executivo sobre essa matéria, e queremos ouvi-los. Nós, pela nossa parte, já tínhamos uma ideia mais ou menos definida, mas pronto, levantaram-se algumas dúvidas, e vamos ouvir a população.

E quanto ao Sr. Manuel Ferreira, não tenho de comentar nada, foram felicidades ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Sr. Presidente, muitos parabéns pelo seu novo cargo, desejo as maiores felicidades, e que consiga manter a sua presença aqui, que muito nos honra.

Tenho falado várias vezes acerca da discussão do polidesportivo e do regulamento de Caselas, alertei várias vezes esta Mesa para a discussão prévia, antes da sua apresentação. Foi com grande espanto que vi na convocatória a sua discussão, e dou os meus parabéns ao Executivo por retirar este ponto, e por finalmente ouvir quem mais interessa, que é a população de Caselas, que vai ficar diretamente afetada pela utilização deste campo, que se presume de uma forma bastante intensiva.

Por isso, acho que deveria ser um pouco mais claro – peço desculpa, mas eu não percebi de que forma é que a população vai ser ouvida, não sei por que meios. A Sra. Elisenda Pérez questionou, e eu sinceramente não percebi muito bem como é que a população vai ser ouvida e auscultada, porque, realmente, quem está perto, numa zona tão periférica do bairro, e numa rua tão curta, acho que são as pessoas que devem ser ouvidas de perto e que devem ser as mais auscultadas na utilização deste campo.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu quero registar um ato que eu considero de sensatez, a retirada desta proposta, e, ao mesmo tempo, felicitar a população de Caselas por esta vitória, que é uma vitória da população de Caselas sobre este ponto.

Não é a primeira vez que esta Assembleia de Freguesia é confrontada com uma ideia da discussão do regulamento do polidesportivo de Caselas. Faz agora sensivelmente dois anos, em abril de

2022, que nós, PCP, apresentámos uma recomendação a esta Assembleia de Freguesia. Eu não a vou ler toda, mas vou ler os pontos deliberativos, que eu acho que é oportuno os reler.

A nossa proposta, que foi chumbada com os votos do CDS e do PSD, e com a abstenção da Iniciativa Liberal, e à qual votaram a favor o eleito do PCP – eu – e os eleitos do PS, a proposta dizia o seguinte:

“A Assembleia de Freguesia de Belém recomenda ao Executivo que as alterações a introduzir no projeto de requalificação do polidesportivo considerem as seguintes opções...” – isto foi escrito há dois anos – *“... No que se refere à escala e dimensão a atribuir ao equipamento desportivo, a revisão deve atribuir ao equipamento desportivo uma escala de utilização fundamentalmente local, para usufruto preferencial pela população do bairro e do Caselas Futebol Clube.”* Isto era uso preferencial, não se excluía, obviamente, o uso por outras populações, naturalmente. Isto era a escala.

Relativamente à função a atribuir ao equipamento desportivo, *“a revisão do projeto deve atribuir uma utilização do equipamento para a prática de desporto e desenvolvimento de atividades lúdicas, retirando-lhe uma dimensão com fins de rentabilidade económica.*

No que se refere à forma de gestão do equipamento, a revisão do projeto deve equacionar uma forma de gestão de proximidade, designadamente através do estabelecimento de um protocolo de gestão do polidesportivo com o Caselas Futebol Clube, em termos a definir.

No que se refere à regulamentação da utilização, a revisão do projeto deve prever a criação de um regulamento de utilização e funcionamento do polidesportivo. Este regulamento deve resultar de um processo de participação das populações e das entidades locais.”

Esta recomendação foi chumbada pelos votos que eu há bocadinho disse. Só espero que a sensatez do Executivo ao retirar a proposta se alargue e se contamine, recuperando esta proposta de recomendação que nós aqui apresentámos.

--- Paula Colaço (Munícipe) ---

Sou residente no Bairro de Caselas.

Este é um processo que tem sido feito, desde o início, nas costas dos moradores do bairro. Nós demos pelo processo quando as obras arrancaram, e só depois é que nós fomos ter com a Junta de Freguesia a pedir explicações. E nessa altura, a Junta de Freguesia fez uma reunião com os moradores, a nosso pedido – porque o que se estava a preparar era para fazer as obras no campo de jogos nas nossas costas. Fez-se uma reunião alargada, com todos os moradores, a Junta de Freguesia comprometeu-se a fazer um regulamento de acordo com a nossa vontade – ou seja, discutindo connosco as regras de utilização – coisa que não fez. Portanto, chegou agora aqui, nesta Assembleia, apresentou o regulamento praticamente definido.

Eu também não percebi como é que, afinal, vai ser feita agora, finalmente – porque, mais uma vez, nós nos opusemos – como é que vai ser feita essa auscultação. Gostava que isso ficasse claro. E gostava que desta vez fossem claros, transparentes, e deixassem de fazer as coisas nas costas da população. É muito feio o que vocês têm feito com os moradores. Vocês não servem a população; vocês servem-se da população. É vergonhoso.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Samuel Serrano (PSD) ---

Queria felicitar o Presidente da Mesa pelas suas novas funções como Secretário de Estado da Administração Interna.

E quero também falar aqui sobre a nossa moção, sobre o 25 de abril e 1.º de maio. Sei que as outras forças parlamentares também têm moções. Quando puder, agradecia.

Voto de Saudação – “Pelo 50.º aniversário do 25 de abril de 1974 e pelo 1.º de maio, e pelo restabelecimento da democracia portuguesa”

“O PPD-PSD e o CDS-PP saúdam o 50.º aniversário do 25 de abril de 1974. À beira de meio século desde que o Estado Novo foi deposto, aproveitamos para saudar algumas conquistas de abril.

Saudamos a liberdade, não de alguns, mas de todos. Saudamos um abril que nos devolveu os direitos políticos e de cidadania que refletimos ao eleger a Assembleia Constituinte de 1975, rejeitando mais extremismos, abrindo as portas ao desenvolvimento inalienável do pluralismo político e de ideias.

Saudamos um 25 de abril que nos trouxe a liberdade, e o 25 de novembro, que salvaguardou essa mesma liberdade, quando esteve ameaçada, consolidando de vez a democracia pluralista e ocidental no nosso país.

Saudamos um abril em que todos são livres de pensar e de se exprimirem, sem censura, sem condenação, sem juízos de valor, sem medo de serem cancelados por bem-pensantes.

Saudamos a liberdade não sectária, da qual todos somos donos.

Saudamos a internacionalização de Portugal, desde a NATO à OCDE, à União Europeia, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, até à área do Euro, e que não nos esqueçamos da internacionalização económica, através da indústria e do turismo.

Saudamos a democracia plural, liberal, talvez mais em risco hoje do que em qualquer outra altura desde 1974, rejeitando extremismos, populismos, e a criação de falsos inimigos, independentemente do quadrante político.

Saudamos o povo ucraniano, desde fevereiro de 2022 a defender a sua liberdade, contra um vizinho hostil, bélico, desejando que em breve também encontre a sua liberdade duradoura.

Saudamos os valores que o 25 de abril nos ensinou, rejeitando a injustiça, a corrupção, o compadrio, a segregação e o preconceito que sempre apareceram.

Saudamos igualmente o 1.º de maio que se avizinha, lembrando que um Portugal mais rico, mais justo e solidário só é possível com a cooperação e empenho do Estado, do parque empresarial e dos trabalhadores.

Saudamos os eleitores que nos conferiram este mandato com redobrada responsabilidade e humildade, sentido de serviço público e de bem comum. Saudamos os nossos colegas desta casa, de todos os lados do espectro político, pelo debate de ideias com respeito um pelo outro, com maturidade e com sobriedade.

Viva o 25 de abril e viva o 1.º de maio!”

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu tenho três questões para apresentar em PAOD, em período de antes da ordem do dia.

Então, eu vou fazer uma apresentação muito rápida da nossa moção. E posso já fazer um comentário à moção do PSD?

O PCP também apresenta uma moção, “No 50.º aniversário da revolução de abril”. A moção é extensa, eu não vou ler. O que eu gostava apenas de marcar é uma dimensão completa do 25 de abril, a dimensão de um dia onde todos fomos muito felizes, um dia de liberdade, mas também um dia de uma grande mobilização popular nas ruas, nas praças, e que fizeram do 25 de abril um processo verdadeiramente revolucionário.

O 25 de abril não é apenas uma evolução, ou uma transição de regimes; o 25 de abril vale por aquilo que de revolucionário trouxe a Portugal e ao desenvolvimento da sociedade portuguesa, de muitos valores, de muitos princípios, de muitas questões que ainda hoje existem, e não há domínio da vida – não direi pessoal, mas certamente coletiva, que não foi contaminado, e bem, pelo 25 de abril.

E portanto, é esta a dimensão completa, transformadora, emancipadora, libertadora, que o 25 de abril nos trouxe, que nós gostaríamos aqui de sublinhar, e dando um particular ênfase às questões das autarquias locais e do Poder Local.

Relativamente à moção do PSD, eu gostaria de comentar, porque, pronto, já é esperado o conteúdo da moção, já é esperado, a resposta pode evoluir.

Eu vou fazer uso de um historiador, José Pacheco Pereira, que fez dois artigos – Pacheco Pereira tem o hábito de fazer, na sua coluna do Público, logo depois do 25 de abril, um comentário sobre o 25 de abril, mobilizando muito material da sua biblioteca da Efémera.

Em 2019, ele dizia o seguinte: *“O que dá vida ao 25 de abril é nele caberem várias causas para além da celebração da data de 1974.”* O 25 de abril é tão forte que aguenta com várias causas. E neste primeiro artigo, ele destaca quatro imagens que recuperou da manifestação do 25 de abril, e em que há uma imagem que eram os chamados “amarelos”, em que têm um pano que diz “aqui não há Partidos”. Isto é, o 25 de abril até aguenta aqueles que eliminam a democracia, e essa é a força do 25 de abril.

Este 25 de abril, o José Pacheco Pereira volta novamente a falar do 25 de abril, com um artigo que diz: *“O 25 de abril divide? Em 24 divide.”*

E sobre o 25 de novembro, o que ele diz é o seguinte: *“O domínio da direita nos órgãos de informação está a criar uma mistificação sobre o 25 de abril.”* Depois, ele desenvolve e recupera a mistificação. *“A mistificação parte do princípio de que, em 2024, há uma unanimidade à volta do 25 de abril, o que não é verdade. O modo como, à direita radical, se tem usado como contraponto ao 25 de abril o 25 de novembro é objetivamente contra o 25 de abril, até porque o 25 de abril da direita é uma falsificação da histórica.”*

Sobre a moção, tenho este apontamento. E sobre a moção, ainda, do PSD, nomeadamente naquilo que diz respeito à sua felicitação da NATO, eu gostava de ler um dos resultados do 25 de abril, que é a Constituição da República Portuguesa. E a Constituição da República Portuguesa diz o seguinte, no que diz respeito às relações internacionais: *“Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, das soluções pacíficas dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com outros povos para emancipação e progresso da humanidade. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo, e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares.”*

Portanto, é este o compromisso a que todos os dirigentes políticos, todos os responsáveis políticos têm no que diz respeito a esta matéria.

E eram estes dois comentários que eu gostaria de fazer sobre a moção do 25 de abril que o PSD apresentou.

--- Tiago Veloso (PS) ---

Sr. Presidente, uma primeira palavra para a sua pessoa, parabenizando-o e desejando-lhe o maior sucesso, porque o seu sucesso é o sucesso de todos. E por isso, quero parabenizá-lo por isso.

A nossa moção é sobre os cinquenta anos do 25 de abril. Quem estivesse atento à atividade da Junta de Freguesia e às suas redes sociais, podia ver esta data a passar um pouco ao lado, visto que não existiu nada. Mas, vou lê-la, até por respeito a quem nos está a ouvir na rádio, e a quem aqui se dirigiu e não tem a moção em papel.

Moção – “Cinquenta anos do dia mais belo de todos os dias”

“Há cinquenta anos, um movimento de capitães corajosos pôs fim à mais antiga ditadura da Europa Ocidental, um regime que prendia, torturava e tirava a cor e a esperança ao povo.

Cinquenta anos do mais belo de todos os dias, que pôs fim a uma ditadura fascista que condenou o povo à miséria e ao analfabetismo, os trabalhadores a uma força de trabalho sem direitos, cidadãos de segunda, e as mulheres cidadãs de terceira.

A saúde dependia da capacidade económica, a educação era um privilégio, a proteção na velhice era completamente residual, e a justiça dependia da arbitrariedade.

O dia 25 de abril de 1974 nasceu cinzento, sem esperança, repleto de miséria e repressão, e terminou com cor, alegria e um futuro para cumprir. Foi o dia inicial que não tem igual. Muitos dizem que iniciou a terceira vaga da democratização do mundo, ainda hoje serve de inspiração para outros países que não têm democracia plena, ou que a sentem ameaçada, e é todos os anos celebrado pelo povo nas ruas de Portugal, outra bela singularidade da nossa comunidade.

Esta é uma data de celebração, gratidão e responsabilidade. Celebração da democracia e da liberdade individual e coletiva, a liberdade de um povo. Gratidão pelos militares, pelos políticos, por todos aqueles que lutaram pelo derrube da ditadura. E por fim, responsabilidade em fazer cumprir os valores de abril.

Importa continuar a cumprir abril. Cumprir abril é a liberdade de trabalhar e não ser pobre, a liberdade de termos formação de qualidade, independentemente da nossa condição económica, social e geográfica, a liberdade de termos acesso a serviços de saúde sem que seja perguntado se conseguimos pagar. Esta liberdade igual para todos, independentemente da condição social, económica, cultural ou religiosa, só é garantida porque nos organizámos, enquanto comunidade, para lhe dar uma tradução institucional, o Estado Social. É esta a nossa casa comum enquanto comunidade.

Cumprir os sonhos de abril é um trabalho inacabado, em constante construção, mas os portugueses ao longo destas cinco décadas conseguiram construir um país mais justo, menos desigual, e um Estado Social que assegura a dignidade e a coesão de quem pertence a esta comunidade.

Enquanto eleitos pela Freguesia de Belém, cabe-nos a responsabilidade de defender abril, colaborando na resolução dos problemas dos nossos concidadãos, e continuar a defender a democracia política, social e cultural.

Como se viu nas ruas de Lisboa no passado dia 24, mas principalmente no dia 25 de abril, é mais do que história, abril; é presente e futuro de um país e melhor, e é o mais belo dia de todos os dias.

Assim, os eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de Belém propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida a 30 de abril de 2024, delibere:

- 1. Saudar os Capitães de Abril e todos os militares que se empenharam no movimento das forças armadas;*
- 2. Render homenagem a todos e a todas que se bateram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania, pelos direitos humanos sociais e culturais dos cidadãos;*
- 3. Remeter a presente moção para o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Primeiro Ministro, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e Associação 25 de Abril.”*

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Antes de mais, gostaria de saudar o Sr. Presidente pelo seu cargo de Secretário de Estado. Espero que faça um bom trabalho, que Portugal bem precisa de bons trabalhadores e de boas soluções para os problemas que nós temos.

Vou falar aqui de duas das moções que foram apresentadas sobre o 25 de abril. Não falarei da do PSD, porque concordarei e votarei a favor.

Falarei primeiro aqui da do Partido Comunista. Eu até li a moção, e está bem feita, mas depois das explicações do Josué, fiquei um bocado triste. E triste por várias razões, a primeira – e é dirigida também ao PS – não expurguem o 25 de novembro, porque sem ele provavelmente nós não estaríamos aqui a debater livremente, aquilo que hoje em dia estamos a fazer. Se não fosse o 25 de novembro, provavelmente estaríamos todos subjugados ali ao Partido Comunista, ou a outros, e não teríamos essa liberdade, e nem sequer teriam a liberdade de tentar agredir a nossa líder, no outro dia, no 25 de abril, quando estava a descer a avenida, que foi agredida por um elemento do Partido Comunista.

Mas, não tem importância. Eu acho que expurgar o 25 de novembro, acho que não faz sentido, e o Partido Socialista, que muita responsabilidade tem no 25 de novembro, expurgou-o completamente desta moção.

Gostei que tivesse ido à biblioteca do Partido Comunista. Esqueci-me do nome dele, mas tem uma grande biblioteca. Não gosto muito dessas expressões todas, acho que o 25 de abril – e eu vivi antes do 25 de abril, e vivi depois, se calhar demorei muitos anos a ir para a rua festejar o 25 de abril; quando finalmente comecei a estudar e a perceber que aquilo onde eu vivi não era o bem – tinha bem e mal, mas não era – demorei esse tempo e mudei. Não quero voltar para trás.

Não existe uma direita radical em Portugal, acho que existe direita. Acho que não existe uma direita radical, pelo menos no caso da Iniciativa Liberal, nem direita, nem esquerda, somos liberais, temos as nossas ideias.

Mas, infelizmente, não votarei a favor da moção do Partido Comunista, nem da do Partido Socialista.

Sobre este tema, é a única coisa. Depois, terei mais a dizer sobre outros temas.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

(Intervenção inaudível)

--- Tiago Veloso (PS) ---

Sr. Presidente, eu lamento que a Iniciativa Liberal vote contra uma moção que nós redigimos com o objetivo de ser o mais consensual possível. O que nós celebrámos foram os cinquenta anos do 25 de abril, não foi do 25 de novembro. Quando chegar o 25 de novembro, teremos a nossa posição.

O facto de celebrarmos, ou de assinalarmos o 25 de novembro, que é uma data também importante em todo o processo democrático, não invalida – como vocês o estão aqui a fazer, e como a Junta de Freguesia muitas vezes também justifica o facto de não celebrar, em contracorrente com todas as outras Câmaras Municipais, a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia, a Junta de Freguesia de Belém é uma ilha que não celebra, nem uma publicação no *Facebook* tem sobre o 25 de abril – nem uma – o que vem em contramão com a posição do Partido, o principal Partido, ou os dois Partidos que apoiam este Executivo, o PSD e o CDS, que mal ou bem, se ouvirmos o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, a deputada que interveio nas celebrações do 25 de abril, ou se verificarmos, por exemplo, que o PSD este ano até esteve na descida do 25 de abril, esta posição da Junta de Freguesia, do Executivo e da Iniciativa Liberal, pelo menos até agora, vem em contracorrente com a posição oficial dos Partidos, e contracorrente com o que é o sentimento da população, porque Belém não é um ato isolado.

E só para terminar, Sr. Presidente, eu podia aqui citar, e eu convido-vos a lerem o artigo que já foi aqui citado, de um camarada vosso, no Público, que desmistifica por completo a questão do 25 de novembro. Houve dois derrotados, que foi a extrema direita, na altura, e foi quem queria a ilegalização do Partido Comunista. E aí sim, o Partido Socialista teve um papel muito importante.

Agora, por amor de Deus, estarem a invalidar uma moção do 25 de abril por causa do 25 de novembro, é um discurso para diminuir, desinflar a importância do 25 de abril. E isso, nós condenamos, e vamos condenar. E há de haver o dia em que a Junta de Freguesia de Belém vai comemorar o 25 de abril.

--- Samuel Serrano (PSD) ---

A Junta de Freguesia de Belém, o PSD e o CDS-PP comemoram o 25 de abril, como é óbvio, mas o 25 de abril só é importante, e só é a data que foi, graças ao 25 de novembro. E esta é, sem

dúvida alguma, a maior verdade de todas. O 25 de abril foi um marco fundamental na nossa história, é verdade, mas se não fosse o 25 de novembro, estaríamos entregues a uma ditadura comunista, que ainda hoje imperava neste país, e, se calhar, os valores que hoje defendemos, como a liberdade, como a pluralidade, como a democracia, como o voto da mulher, não aconteciam.

Portanto, só podemos realmente confirmar abril no 25 de novembro de 1975.

- Voto de Saudação (PSD/CDS-PP). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com onze (11) votos a favor, um (1) voto contra, e uma (1) abstenção. -----

- Moção (PCP). Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com oito (8) votos contra, e cinco (5) votos a favor. -----

- Moção (PS). Colocada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com sete (7) votos a favor, dois (2) votos contra, e quatro (4) abstenções. -----

--- Patrícia Campos (PS) ---

A nossa moção diz respeito à regulação do estacionamento automóvel na Freguesia de Belém.

“No final do mês de março, fomos surpreendidos pela medida aplicada pela Junta de Freguesia de Belém, contando com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, com a aplicação da sinalização vertical de estacionamento em cima do passeio nas Ruas D. Cristóvão da Cunha, Tristão da Cunha e S. Francisco Xavier.

Esta medida, de acordo com o transmitido pelos órgãos da Junta, foi aplicada com caráter provisório, e devido às ações policiais de aplicação de coimas aos infratores.

Já tivemos oportunidade de nos manifestar publicamente contra esta medida, e listamos as principais razões pelas quais o fazemos: esta medida põe em risco os transeuntes, as crianças, os idosos e as pessoas com problemas de mobilidade, pois não garante o uso do passeio, obrigando-as a circular pela estrada.

Esta ação não regula nem promove a fiscalização das constantes infrações e abusos. A falta de sinalização horizontal adequada faz com que se estacione livremente, sem qualquer controlo e sem garantir a segurança dos transeuntes.

Não existe qualquer plano conhecido que garanta que esta é uma medida temporária. A segurança tem de estar em primeiro lugar. Não podemos pactuar com medidas avulsas, sem critério, e que colocam os automóveis à frente das pessoas.

Esta inusitada e excecional política justificou vários artigos na comunicação social. Este Executivo já teve mais que tempo suficiente para apresentar soluções, pois está há vários anos na gestão da freguesia e já devia ter tomado medidas concretas e definitivas, que vão ao encontro de todos.

Assim, os eleitos pelo Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida hoje, dia 30 de abril de 2024, delibere:

- 1. Exigir a apresentação de um plano estruturado para solucionar este problema, que regule o estacionamento automóvel na freguesia, através da execução de um projeto global para os bairros mais sensíveis, que ordene o estacionamento e garanta a circulação dos transeuntes nos passeios de forma segura;*
- 2. Exigir que a implementação deste projeto seja realizada, ou pelo menos iniciada ainda durante o presente ano de 2024;*
- 3. Garantir que a segurança das pessoas seja a prioridade de quem está no comando das autarquias;*
- 4. Remeter a presente moção para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal.”*

--- Eduardo Viana (Livre) ---

Queria só registar que também subscrevo esta moção, que vim cá há um ano, pela primeira vez, a esta Assembleia – penso que já foi há mais de um ano até – e isto já era um problema, e continuasse a não se resolver o problema. Sei que existe inclusivamente um conjunto de moradores daquele bairro que tem uma proposta para resolver o problema, e é inexplicável que esta seja a resposta da Junta, ao fim de tantos anos que já sabe que existe aquele problema. É esta a resposta da Junta, é pôr em risco a segurança dos peões.

Enfim, eu vou deixar comentários para mais tarde.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sobre esta matéria, nós acompanhamos a preocupação, a preocupação é legítima, é fundamentada e é substantiva, e nomeadamente o ponto que diz respeito à necessidade de esta preocupação não se circunscrever apenas ao Bairro do Restelo, mas a outras zonas sensíveis da freguesia.

Temos conhecimento que nomeadamente, por exemplo, tudo aquilo que está em cima da mesa para a reconfiguração do complexo desportivo do Belenenses, agora com a nova abertura do Lidl, e com o desenvolvimento dos processos de edificação e de urbanização – urbanização, aqui o termo não é correto, porque não se trata de uma urbanização em termos rigorosos, mas de edificação de novos equipamentos, vai colocar, nomeadamente sobre esta zona envolvente do Belenenses, problemas desta natureza.

E portanto, acompanharemos.

Quero também aproveitar para dar conhecimento que nós próprios, na sequência da sessão que foi aqui realizada, relativamente ao Bairro do Restelo, submetemos, e já foi enviada para o

Presidente da Câmara de Lisboa, um requerimento com um conjunto de perguntas, irei fazer chegar a todos os membros aqui da Assembleia esse requerimento.

E portanto, saudamos e acompanharemos positivamente esta iniciativa do Partido Socialista.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Este é um assunto importante aqui para a Freguesia de Belém, mas eu gostava de ver isto tratado a um nível maior e com outro grau, se calhar, de profissionalismo.

Eu já expus uma vez esta pergunta ao Sr. Presidente e ao Presidente da Câmara, que é que a EMEL deveria vir para esta zona para regulamentar aquilo que falta regulamentar nesta freguesia. Esta é a opinião que nós temos, para controlar o estacionamento que não é feito de forma regular nesta freguesia. Eu sei que o Sr. Presidente já uma vez me respondeu que era quando a Junta tivesse essa vontade. Portanto, eu acho que na vossa proposta faltaria que fosse a EMEL o regulador do estacionamento aqui nesta zona, em vez de estarmos aqui a tentar construir, ou dar indicações de como é que deve ser esse estacionamento. Na EMEL são profissionais – seja a EMEL, seja outro – são profissionais, sabem como é que tratam o estacionamento, resolveram o estacionamento em grande parte de Lisboa, não vejo por que é que não o possam resolver aqui.

--- Presidente do Executivo ---

Agradeço terem trazido à liça esta matéria outra vez, para podermos ter a possibilidade de explicar o que nós já fizemos.

Realmente, graças a este bom relacionamento que existe hoje entre a Câmara e as Juntas de Freguesia – e isto independentemente da cor política – que é uma coisa que não existia antigamente, há respostas rápidas e ágeis, e uma concertação entre as duas autarquias.

Neste caso concreto, dada a situação de perigo iminente que se estava a registar no Bairro do Restelo, em que foi criado o caos social durante cinco, seis dias, em que acidentes, foram uns atrás dos outros – tenho fotografias – nas três ruas em causa – D. Cristóvão da Gama, Tristão da Cunha e S. Francisco Xavier – carros que chocavam por trás de outros carros que estavam estacionados de uma forma diferente, espelhos retrovisores, então, nem se contam, que foram à vida, e depois, carros de recolha do lixo que não passavam, carros que vão abastecer no Pingo Doce também não passavam, ficavam horas – três, quatro horas, ficou lá a tocar, e a tocar, durante a noite. Portanto, foi o caos.

E, de facto, tivemos a sorte de ter uma Câmara compreensiva, que permitiu, num período *record*, que se conseguisse que deixássemos de ter esta situação de perigo, porque, realmente, eram acidentes todos os dias, para voltarmos à normalidade. E portanto, regularizámos, nos termos da Lei vigente, as situações, o que nos dá tempo para pensarmos.

Agora, só quero referir aqui duas coisas. Primeiro, um denominado projeto que dizem que existe, e tal, não existe nada esse projeto, porque esse projeto não é um projeto real, porque tira metade dos estacionamentos que existem atualmente. Então, nem era preciso projeto, continuávamos a

estacionar só do lado direito, a estacionar de um lado e do outro, e pronto, não é preciso nenhum projeto. Era o mesmo estacionamento que se tinha nesse denominado projeto, que dizem que existe, e que eu já estive a ver, e que, na prática, não existe, ou é como se não existisse.

Existem correções, exatamente, que se podem fazer, e estamos em concertação com isso, quer fazer agora marcas na Rua Duarte Pacheco Pereira e na Rua Soldados da Índia, e eventualmente na D. Francisco de Almeida, para ordenar um pouco melhor o trânsito. E também na Avenida da Torre, eventualmente no sentido tanto ascendente, como descendente, o estacionamento em espinha, que isso vai dar muito mais estacionamento.

Agora, nós estamos a tratar disso. Para já, a situação mais urgente foi resolvida, para nos dar tempo para, com calma, irmos pensando noutras situações. Até dois parques de estacionamento a Junta já fez, ao pé do Instituto Universitário Militar e ao pé do Colégio do Bom Sucesso. Mas, é uma situação que está a ser resolvida.

Agora, eu queria chamar aqui à atenção dos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, que isto, a democracia, é um bem, de facto, fantástico do 25 de abril, purificado pelo espírito do 25 de novembro, como é evidente, senão não estávamos cá – e eu posso-vos dizer isso, que eu próprio estive preso antes do 25 de novembro, e sei do que é que estou a falar. Uma pessoa não podia ser livre, era considerado logo um perigoso fascista, se não era de um certo Partido.

Agora, o que eu lhes vou dizer é o seguinte, e isso é que eu quero que saibam: atenção, quando estamos numas Assembleias, se numa Assembleia basta uma pessoa que apresente uma moção para pôr à votação, se toda a gente se abster, essa moção pode ser aprovada, e depois a resolução final é a Assembleia tal e tal, aprovou uma coisa tal e tal. E se formos a ver, tem um voto a favor e, por exemplo, doze abstenções. Mas, é aprovada. Só quero que registem isso, porque é uma situação que pode acontecer muitas vezes nas Assembleias.

--- Tiago Veloso (PS) ---

A nossa moção apela a que o Executivo, finalmente, passados tantos anos, tantos mandatos – e vai no terceiro mandato, pelo menos, este Executivo – apresente uma solução definitiva, que não seja por causa de acidentes, e de outras situações, empurrar os carros para cima dos passeios, pondo em causa os direitos de quem anda nos passeios, que também são transeuntes, também são cidadãos desta freguesia.

E eu não recebi nenhuma resposta sobre isso. Eu estava à espera, já que o Executivo interveio.

Em relação ao 25 de abril, eu estava à espera, enfim, estava à espera dessa frase, que é o 25 de abril purificado pelo 25 de novembro. Chegou tarde, enfim, eu pensava que ia dizê-la há pouco. Lamento só, lamento.

- Moção (PS). Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com seis (6) votos contra, cinco (5) votos a favor, e duas (2) abstenções. -----

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É só para registar que com esta, é a segunda vez que esta Assembleia de Freguesia vota contra iniciativas, neste caso, da Oposição – hoje foi do PS, há meia dúzia de meses foi da nossa iniciativa, do PCP – é a segunda vez que esta Assembleia de Freguesia vota contra propostas para discutir um dos mais relevantes problemas da freguesia – um dos mais relevantes problemas da freguesia – sentido pelos fregueses, e com impacto significativo na qualidade de vida dos bairros e das várias zonas da freguesia.

Gostava de deixar isto registado. Estou a falar nomeadamente de uma proposta que nós apresentámos para a convocação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, sobre matéria de mobilidade sustentável e transportes na Freguesia de Belém.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Bem, eu gostava de levantar aqui várias questões ao Executivo, sobre a Escola Secundária do Restelo. Sei que têm havido várias conversas entre o Executivo, entre a Câmara Municipal de Lisboa, mas eu gostava de saber qual é a posição do Executivo relativamente ao adicionar ao Agrupamento de Escolas do Restelo a Escola Secundária Marquês de Pombal.

Também saber qual é a posição do Executivo relativamente a uma eventual deslocação dos alunos da Escola Secundária do Restelo para a Escola Marquês de Pombal.

Ainda tenho aqui mais questões. Sei que existe um projeto de remodelação do liceu, um projeto já antigo. Gostava de saber se vai avançar, ou não. Sei que já houve uma intervenção, ou uma visita da SRU à Escola Secundária do Restelo para apresentação do novo projeto de remodelação do liceu. E aquilo que eu pergunto ao Executivo é qual é a posição do Executivo relativamente a ouvir os diversos intervenientes – não só esta Assembleia, como as associações de moradores, como a associação de pais.

Também gostaria de saber qual é a posição do Executivo relativamente aos equipamentos necessários, para que caso venha a existir um novo liceu, o que é que vão mudar nesses equipamentos, a nível sobretudo de transporte e de satisfazer as necessidades dos professores e dos alunos da Escola Secundária do Restelo.

É só isto sobre este ponto.

--- Presidente do Executivo ---

Nós tivemos já algumas reuniões, nomeadamente com a Sra. Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, também sobre essa matéria, e ficámos elucidados que não havia grandes condições para se avançar com o que estava inicialmente delineado. Daí haver a necessidade de ter já havido essa decisão de destrinçar, quer o projeto para a escola, quer o projeto para o polidesportivo, e vão ser fontes de financiamento diferentes – o financiamento para o polidesportivo vai avançar de imediato, na medida do possível, diferente, mas não dependente das mesmas verbas. E do outro, está mais complicado, vai ser um projeto diferente, autónomo, e que está dependente do PRR

também. E por isso mesmo, ao contrário das verbas do polidesportivo, que são outras que já estavam devidamente cabimentadas.

Por isso, as informações que temos é que não está fácil – não está fácil porque, aliás, estão várias escolas por Lisboa fora. Por isso é que, na altura, depois de vermos as necessidades e as propostas que existiam em toda a Lisboa, ficámos um bocado desiludidos – vamos ser realistas. Mas, temos esperanças que, num futuro breve, a situação possa avançar. Mas, neste momento, está a avançar, mas não está a ser fácil. Mas, está a avançar.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 13/12/2023

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2023 aprovada por maioria, com duas (2) abstenções. -----

PONTO 4 – Apreciação e aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2023

--- Presidente do Executivo ---

No referente à prestação de contas de 2023, que hoje estamos aqui a apreciar, para aprovar, posso dizer-vos que no referente à contabilidade patrimonial, o resultado líquido do exercício foi positivo, em 167.902€, o resultado semelhante aos valores registados em 2022, que foram de 37.421€.

A Freguesia de Belém tem uma boa situação patrimonial, com o seu património próprio, ou capital, a corresponder a 35,6% do ativo, e o passivo tem uma expressão mínima, representando apenas 7,8% do ativo.

Na parte orçamental, a receita, em 2023, registou um novo *record*, ultrapassando pela primeira vez os 7.000.000€ - mais precisamente 7.120.625€ - subindo 11,1% face aos 6.408.142€ registados em 2022.

Em quase todos os agregados com significância regista-se um acréscimo. A exceção são os impostos indiretos, nomeadamente o IMI, onde se registou um decréscimo marginal.

Em relação à estimativa global de receita, verificou-se execução abaixo do esperado, mantendo-se uma taxa de execução de 94%, ou seja, dentro dos valores do ano transato.

A recuperação da cobrança da receita própria continuou com um aumento de perto de 33%, e um crescimento superior a 300.000€, o que consolida a recuperação pós-pandemia.

Na despesa, naturalmente uma receita *record* teve natural contrapartida numa despesa igualmente *record*, ultrapassando pela primeira vez os 5.700.000€ - em concreto, 5.761.207€ - um crescimento de 6,7% face aos 5.400.627€ que se registaram em 2022.

As despesas com pessoal tiveram um crescimento de 6,4%, o que reflete os aumentos salariais. Como sabem, até nos ordenados mínimos foi muito significativo.

A aquisição de bens e serviços manteve-se estável, na casa dos 2.100.000€. Os apoios voltaram a aumentar, continuando a política de apoio ao movimento associativo e às famílias. Também a aquisição de bens de capital aumentou, como resultado de se estar a iniciar um novo ciclo de investimento, embora ainda sem protocolos, o que representa uma importante despesa de capital da parte da Junta de Freguesia.

A taxa de execução da despesa ficou nos 76,4% - abaixo dos 79,2% registados no ano passado.

Importa ter aqui em conta que o Município só transferiu uma parte significativa das verbas em dezembro, e mesmo em final do ano, caso em que foram transferidos mais de 90.000€ que apenas entraram na nossa conta bancária este ano. Só no final do ano recebemos a verba referente aos espaços verdes, e as últimas tranches dos protocolos da higiene urbana.

A verba dos auxiliares de educação é transferida com atraso – por exemplo, só em dezembro recebemos a verba correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro. Infelizmente, tem sido sempre assim, nos anos anteriores também. Note-se que este cenário já vem do mandato anterior, algo que esperávamos ver resolvido no presente mandato, mas tarda. E isto implica que a Junta, no fundo, pague primeiro e receba depois, originando a necessidade de um saldo adequado.

Resultado orçamental: se tivermos apenas em conta os recursos efetivamente gerados no ano de 2023, a taxa de execução orçamental corrente foi de 94,2%, e o saldo de execução corrente de 351.903€.

Tal como aconteceu no ano passado e nos anteriores, recebemos em dezembro mais de 412.000€, tendo, como já referimos, o Município transferido mais de 90.000€ só recebidos este ano – foi aquele atraso de que, há bocado, vos tinha falado. Facilmente se conclui que o saldo de execução corrente tem a ver com as disponibilidades correntes.

Há ainda que considerar que o Município transferiu 305.000€ relativos ao adiamento por conta dos protocolos a executar neste mandato, e que não foram ainda gastos. Ou seja, sem este dinheiro ficaríamos com um saldo de 46.000€.

Acresce que ficaram por pagar 237.898€, relativamente a faturas recebidas, que se tivessem sido liquidadas, diminuiria significativamente o saldo. Lembramos que, há um ano, este valor era superior ao saldo, o que significa que houve uma clara melhoria da situação financeira real, agora – dinheiro líquido, não contando com a verba do protocolo.

Com este enquadramento, o saldo de gerência cresceu para 1.358.418€, sendo que destes, 305.000€ estão consignados.

E depois, quanto aos centros de custo, apesar de a fiabilidade não ser de 100%, e de a atribuição da despesa por centros de custo ter tido algumas anormalidades, entendemos que é útil nesta informação.

Importa ter em conta que a despesa total foi de 5.761.207€, e que apenas estão contabilizados em centros de custos 5.568.681€. Apesar da clara melhoria da informação, ainda há cerca de 200.000€ que não foram devidamente lançados, mas é já um resultado muito aceitável.

Verificamos que em 2023 as áreas em que houve mais despesa foram o espaço público, administração geral, ação social, educação e desporto, por esta ordem, mantendo-se a tendência que já se verifica desde 2018.

Na ação social, houve um acentuado crescimento, voltando a estabelecer-se um *record* de despesa, o que mostra bem a importância que para nós têm as pessoas.

Os campos de férias – que, aliás, são uma grande especialidade nossa – foram onde mais se investiu, em resultado da inflação que onerou especialmente o custo dos transportes. Também o Belém Social teve um fortíssimo crescimento, embora com atividades que foram buscar utentes ao Belém Sénior.

De realçar que se fez mais, não tendo que aumentar despesas com pessoal, que se mantiveram a um nível muito semelhante.

A educação teve um crescimento de 6,4%, sendo clara a importância que tem na estrutura de custos da freguesia. A gestão das escolas absorveu uma verba bem mais consentânea com a receita, mais de 233.000€, consequência de melhor intervenção nas escolas por parte da Junta. Recordar-se que em 2022 foram gastos 312.000€, contra 286.000€ em 2021, e 216.000€ em 2020, e 155.000€ em 2019, um valor que tem a ver com um aumento quase generalizado dos custos de estrutura e com investimentos feitos nas escolas, uma despesa sempre crescente para uma receita que permanece praticamente constante desde 2014.

Naturalmente, estaremos disponíveis para gastar de acordo com as nossas disponibilidades.

Houve um grande investimento na CAF / AAAF, mas aqui apenas estamos a registar um ligeiro aumento face a 2019, porque no meio foram anos afetados pela pandemia. Uma vez mais, a verba do Município, em capital próprio, não sofre qualquer aumento há vários anos.

Os Clubes Paula Vicente – que é um projeto muito nosso, só nosso – como se vê, malograda uma maior participação dos pais, isto não significou desinvestimento por parte da Junta. É um projeto por nós lançado com grande sucesso, e no qual voltámos a apresentar uma despesa *record*.

As outras despesas de educação são um agregado relevante, quer por serem importantes as despesas com pessoal, quer por efeitos de adaptações sempre necessárias.

A Piscina Municipal do Restelo é o grande centro de despesa da área do desporto, absorvendo 85,2% dos recursos, contra 93% do ano passado, mas registando uma estagnação em termos de recursos. Isto teve a ver com a alocação de recursos semelhantes à de 2022, não se prevendo a necessidade de mais, dado que a piscina não atingiu o seu potencial. Recordamos que há um conjunto de prestadores de serviços que funcionam à hora, e que não tendo as suas aulas completas, não há necessidade de contratar mais horas. No corrente ano de 2024 espera-se que haja aqui um ligeiro aumento.

O Belém Vólei e a Corrida de Belém foram os dois projetos, depois da retoma de 2022, atingiram em 2023 já um volume de fruição normal, e até superior à normal, dado o sucesso de ambas as iniciativas.

Penso ter apresentado sucintamente a situação financeira da freguesia, estando à vossa disposição para os esclarecimentos que entendam necessários.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Associar-me às felicitações que já foram feitas dadas ao nosso Presidente da Mesa da Assembleia, pela recente nomeação, e acima de tudo desejar os maiores sucessos, porque é, efetivamente, um grande desafio, uma pasta difícil, e muito nos honra que possa também aqui continuar connosco nas nossas Assembleias, com a moderação e a tolerância a que sempre nos tem aqui habituado.

Também cumprimentar quem está em casa ainda a ouvir-nos pela rádio. Esperamos que um dia também possamos ter um *streaming*, e que neste espírito de abril e dos cinquenta anos que comemoramos, possamos ser também uma freguesia promotora de liberdade e de uma participação cívica mais ativa por parte dos fregueses.

Relativamente às explicações que nos foram dadas no que concerne à prestação de contas, é só para registar que continuamos com um bom nível de receitas por parte do Executivo, o que é positivo, não há muitas freguesias, ou até a própria Câmara Municipal, que registem uma receita a crescer – neste caso, cresceu cerca de 11% em relação ao ano anterior, e como o Sr. Presidente aqui referiu, com cerca de 7.000.000€. E a despesa só cresceu 6,7%, ou seja, houve uma despesa por parte da freguesia abaixo da receita, na ordem dos 5.761.000€ - aqui um número arredondado.

Tal como temos referido noutros anos, e face a outras prestações, efetivamente há um conforto orçamental que poderia permitir ao Executivo uma obra maior e um benefício maior para os fregueses, nomeadamente em muitas questões que aqui são levantadas, em muitas necessidades que aqui são identificadas.

E aquilo que também gostaria aqui de deixar e de frisar é que uma das rubricas que verificamos que aumentou é a que diz respeito às taxas e às multas, e que efetivamente verificamos em vários documentos e regulamentos que aqui nos são solicitados que há sempre uma imposição de uma taxa para a utilização de diversos serviços, e que isso constitui uma receita para a freguesia. Sendo que, efetivamente, se estas taxas devem ser um fator de regulação e de moderação de acesso a estes serviços, também não deve ser um fator que limite o acesso dos próprios fregueses a muitos dos serviços que a freguesia poderia oferecer de forma gratuita.

Portanto, gostaríamos de deixar em especial esta salvaguarda de haver alguma atenção em relação à aplicação destas taxas em muitos serviços que, efetivamente, os fregueses poderiam beneficiar, ou com taxas mais baixas, ou até com isenção de taxas, porque muitos dos serviços que existem, e muitos dos equipamentos que existem na freguesia devem ser para usufruto dos próprios fregueses.

E esta era a nota que aqui gostaria de deixar.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Este documento é um documento que sumaria, e desenvolve, a atividade da Junta de Freguesia no ano de 2023. E nós gostaríamos de começar por referir que a atividade da Junta de Freguesia não é alheia, nos princípios e no modo de funcionamento, relativamente àquilo que acabámos de ver aqui no início desta sessão – no início desta sessão e no decorrer da sessão: no início da sessão, não ter ouvido e trabalhado com os residentes de Caselas no sentido do desenvolvimento de um regulamento; no decorrer da sessão, de chumbar tudo aquilo que vem das forças que não fazem parte do Executivo, mesmo que aquilo que as forças que não fazem parte do Executivo faça sentido e se dirija a matérias importantes. Portanto, o pacote é o mesmo, não há embrulhos, e parece-me que é tudo transparente. E algumas componentes e alguns resultados da prestação de contas referem justamente essa matéria.

Eu creio que um número significativo deste relatório e desta gestão não é a taxa de execução da receita e da despesa – e nós também subscrevemos e vemos como positiva a maior capacidade de intervenção, maior capacidade financeira. O problema é que há um indicador que revela que alguma coisa não está a correr bem, e o indicador é o saldo de gerência. Nós andamos há quatro anos com um saldo de gerência, em média, acima de 1.000.000€. Há 1.000.000€ que passa de exercício para exercício, num total de 5.000.000€ de executados, isto quer dizer que há 20% a mais de capacidade financeira de execução que não é executada. E isto não é um problema de um ano; é um problema já dos quatro anos que nós aqui analisámos. 1.400.000€ em 2020, 1.100.000€ em 2021, 800.000€, novamente 1.000.000€ agora, em 2023. E 1.000.000€ em 2023 de receita não executada, digamos assim, capacidade de execução, o que corresponde mais ou menos a 20% da despesa efetivamente executada.

Sim, pode haver parcelas que entraram no final do ano, está bem, mas o que o resultado destes quatro anos nos evidencia é que há uma verba significativa de receita que não é executada. E depois, é acompanhado de observações do tipo “a gestão das escolas absorveu uma verba bem consentânea com a receita, consequência de menor intervenção nas escolas por parte desta

Junta”. E eu creio que este resultado, a Junta deveria explicar o que é que isto quer dizer, nomeadamente quando de 2023 para 2022 – comparando com o ano anterior – há uma despesa 37% inferior nas escolas, por parte da Junta – o valor de 2023 é de 231.000€, o valor de 2022, 371.000€, menos 140.000€, o que quer dizer menos 37% de despesa afeta a esta função.

Vale a pena perguntar, e eu creio que é uma questão importante de perguntar, e que a Junta deve este esclarecimento à Assembleia, o que é que é isto de esta opção ser consentânea com as receitas, quando, de facto, a Junta tem receita para dar resposta aos problemas das escolas.

E o problema da não capacidade de execução anda por aí, e há dois elementos que aparecem, e que continuam a aparecer no relatório: o polidesportivo de Caselas, uma vez mais, ainda circula no relatório, com uma formulação que é da casa: “Por opção, o polidesportivo de Caselas ficou por fazer, em termos do protocolo do mandato anterior.” Por opção. É de perguntar que opção é esta, que opção é esta que atrasa a execução de um contrato que estabeleceram com a Câmara Municipal – não é apenas receita própria da Junta; por opção, travaram a execução de um contrato que estabeleceram com a própria Câmara Municipal. E já se começa a evidenciar, os 305.000€ do novo contrato entraram, mas não foram gastos.

E portanto, nós consideramos que há aqui alguma falta de capacidade de execução, e mais importante do que isto, que já vem sendo notado nos anos anteriores, são falhas no planeamento e na programação da execução do Orçamento.

No desporto, os grandes números são efetivamente comandados pela piscina. Fora a piscina, a função desporto tem 100.000€. Não é perceptível, há ali uma parcela que é “Outros projetos”, que é uma parcela relevante, que não é desagregada, não se percebe muito bem.

Mas, há uma questão que nós gostaríamos de colocar relativamente ao desporto e às piscinas, que diz respeito àquela formulação que o relatório diz, e que nós perguntamos para quando a resolução do emprego pago à hora. Há prestadores de serviços na piscina que são pagos à hora. E portanto, eu creio que esta questão evidencia, na nossa perspetiva, e não tendo mais informação, alguma situação de precariedade no emprego, precariedade no rendimento, e era importante que o Executivo justificasse esta referência.

Por último, já o tínhamos feito no ano passado, o movimento associativo, por mais que o relatório diga o contrário, o movimento associativo é o parente pobre desta gestão. O movimento associativo beneficia de 1,35% das despesas totais da Junta. E portanto, isto revela um bocado a pobreza do trabalho realizado com os clubes e com as associações.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu analisei aqui as contas, parecem-me todas certas, mas acho que isso é o princípio. E ouvi tudo, pergunto só se são auditadas ou certificadas, não sei, mas parecem-me todas certas.

Mas, tenho aqui duas questões, uma se calhar mais profunda: nós temos aqui um Orçamento de sete vírgula tal milhões, para o ano de 8.400.000€. Quando eu aqui cheguei, julgo que estava em

4.900.000€, em 2021, vamos para 8.400.000€, e eu não vejo grandes melhorias na nossa freguesia, como também não vejo nos últimos quinze anos em que estou aqui. Eu não sei se isto é só manutenção que nós fazemos, não veio o pavilhão. Tudo bem, temos a grande obra do Lidl, mas isto não tem a ver aqui com a Junta, acho eu. Acho muito dinheiro para manutenção da Junta de Freguesia. E há problemas graves que estão a acontecer, questões de segurança no Alto do Restelo, têm havido imensos assaltos ultimamente, não vejo nada a ser feito, vejo pouca verba para questões de segurança – pode ser que não seja competência aqui da Junta. Mas, de facto, é um Orçamento muito grande para aquilo que nós conseguimos ver aqui, como moradores de Belém.

A segunda questão que eu tenho aqui tem a ver com as piscinas. Não sei se se pensou em concessionar a piscina, em vez de ser a freguesia a gerir a piscina, dar isto a um privado. Se calhar, ganhava-se mais dinheiro, e não se tinha tanto trabalho. Mas, pronto, não sei.

Eram estas as duas questões que eu tinha.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, isto é normal, faz parte das regras, cada qual faz o seu papel.

Claro que sim, fizemos um grande esforço para obter o maior número de taxas possível. Tivemos um aumento de taxas, que é um grande esforço que nós fazemos, nomeadamente no espaço público, que é uma tarefa que nós temos, que a Lei nos conferiu, e que nós executamos para o bem público. Quanto mais verbas conseguirmos fazer com essas taxas, melhor, podemos depois ter meios financeiros para desenvolver a nossa atividade nos diversos domínios. Foi a ocupação do espaço público.

E realmente não acontece em muitas freguesias, eu sei, somos um caso exemplar em Lisboa, com receitas próprias. Há quem não faça isso porque acha que não vale a pena, dá muito trabalho. Nós reforçámos a área dos licenciamentos, que é muito importante.

Escolas: claro, houve uma menor necessidade de fazer obras nas escolas. É evidente, tem aqui uma diferença nessa matéria.

É de salientar uma coisa: desde 2014 – vou repetir, estamos em 2024, desde 2014 – que as receitas da Câmara para a educação não têm qualquer aumento. Este silêncio é ensurdecedor.

Quanto aos professores que estão lá na piscina, há quem queira estar assim, porque trabalham em vários sítios. Não querem estar lá funcionários públicos, só a fazer aquilo, porque têm outros sítios onde dão aulas. Estamos numa democracia ocidental, em que não tem de ser tudo estatizado. Portanto, as pessoas têm as suas atividades liberais, como profissionais, e vão dar aulas para outros sítios, e depois vêm para ali, vão para acolá, e isto faz parte da vida. Portanto, não é tudo funcionário público, há muitos que não querem. Houve outros que já passaram, fez-se concurso e depois entraram.

Mas, portanto, isso é uma situação, vivemos numa Europa proveniente, graças a Deus, do 25 de abril, purificado pelo 25 de novembro.

E outra questão, quanto a estar muito atrapalhado com um milhão e tal de euros que temos, e tal. Nem foi um milhão e tal, porque se tivéssemos isso, se calhar não tinha sido o suficiente para durante dois anos termos estado a suportar despesas com os profissionais da piscina, mesmo com esses prestadores de serviço, que sem estarem a trabalhar estiveram a ganhar, porque nós tivemos uma interpretação que foi que se íamos ajudar as pessoas de fora da freguesia – isto é, fora da Junta de Freguesia – também íamos ajudar os nossos colaboradores diretamente, que não podiam trabalhar, e tinham família.

E portanto, durante dois anos, sem receitas da piscina, estivemos a gastar – e dizia que as receitas andavam à volta dos quinhentos e tal mil euros, na altura – andámos a gastar, pagando-lhes os ordenados, as remunerações que eles teriam tido se tivessem estado a dar aulas.

Portanto, foi devido a essa boa política de gestão, criteriosa, que nós desenvolvemos até hoje – por alguma razão a maioria da população nos tem dado o apoio maioritário, porque concordam com esta política, quando nós conseguimos explicar às pessoas o porquê destas razões. Estamos a gerir bem o dinheiro público dos nossos impostos, para fazermos as nossas atividades. E nós achamos que estamos a fazer o trabalho possível, muito positivo, que é periodicamente analisado e tomado em devida conta pelos nossos fregueses, e no dia a dia, para nós é muito importante, fundamentalmente as pessoas, através da ação social e da educação, é fundamental – aliás, os nossos orçamentos são fundamentalmente a focar nessas rubricas – e depois, na parte do espaço público, espaços verdes, higiene urbana, toda essa parte que também tem um bolo muito importante, porque, como sabem, uma freguesia com esta dimensão, que é a maior de Lisboa, geograficamente falando, tem muito espaço público, e inevitavelmente muito vandalismo – falo nos bancos, falo nas bicas de água, falo nos polidesportivos, falo nos *fitness parks*, nos parques caninos, enfim, tudo isso. E temos uma brigada de intervenção rápida, e está a funcionar muito bem neste momento, finalmente temos já uns homens que conseguimos contratar para esta brigada de intervenção rápida, para tentarmos ser mais teimosos do que os vândalos, e estamos a conseguir.

Portanto, a situação tem andado bem. E por isso mesmo, sentimo-nos muito orgulhosos por este trabalho, mesmo apesar das inúmeras solicitações e trabalhos que temos estado a fazer, temos todos os dias as brigadas de calceteiros a trabalhar, a brigada de intervenção rápida também, os nossos homens no terreno, os nossos homens da higiene urbana, dia e noite a trabalharem. E, de facto, o que nós vemos é que, mesmo assim, ainda conseguimos gerir o dinheiro para termos hipótese de salvaguardar outras situações ou imprevistos que possam surgir. E isso é o que qualquer responsável político deverá ter em devida conta, não ser irresponsável e gastar sempre ali nos limites. Não, temos que ter sempre alguma folga – alguma folga. Não temos muito, não julguem que é muito, os montantes são sempre assim para as dezenas de milhares, centenas de milhares – quem não sabe, não tem experiência da situação. Eu já tenho alguma experiência, e não estou cá há três mandatos, já estou há sete – tive um na Oposição, estive na Oposição e foi conquistado isto; não me caiu nos braços, eu conquistei a vocês, pela primeira vez.

E por isso mesmo, tenho tido alguma experiência também, e as pessoas têm reconhecido esse trabalho. E estamos muito agradecidos à população por causa disso, isso é muito estimulador para nós todos.

E portanto, é isso que eu lhes peço, que tenham isso em devida conta, e que nos deem a vossa luz verde para estas contas, porque, realmente, com estas contas, foi a nossa atividade que desenvolvemos no ano anterior, que se repercutiu, e que é visível para quem queira ver, aí no espaço público, em qualquer sítio da nossa freguesia.

Há coisas que não se veem, que são imateriais, e realmente é a nossa parte principal, que é a parte das pessoas. Essas não se veem, há muito trabalho que não é visível.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Vou ser, de facto, muito breve, não sem antes o felicitar e lhe desejar as maiores felicidades pelo seu novo cargo, como Secretário de Estado da Administração Interna.

E sendo breve, dando só aqui uma palavra de esclarecimento sobre a questão do apoio que temos feito às coletividades e aos clubes da freguesia, porque é uma área que está sob a minha responsabilidade, e na sequência do comentário que foi efetuado pelo Josué Caldeira, do PCP.

O apoio às coletividades não é o parente pobre, como referiu aqui, do investimento que nós fazemos, ou dos apoios que damos. Aliás – e os clubes e as coletividades podem testemunhar isso – o Executivo e a freguesia têm estado sempre abertos a todas as iniciativas que os clubes e as coletividades desenvolvem, numa lógica em que respeitamos a autonomia dos clubes e das coletividades, e entendemos que fazemos uma avaliação criteriosa dos pedidos que nos são feitos dos apoios, porque as coletividades também têm os seus programas, têm os seus planos, têm as suas receitas, e portanto, a Junta intervém com uma lógica de apoio e de complementaridade àquilo que estas associações já fazem no terreno.

Mas, queria, de facto, ressaltar que no contexto de todas as associações que temos, e de todos os clubes que temos, apoiamos atividades ao nível da música, do teatro, da dança, no desporto apoiamos o voleibol, ténis de mesa, karaté, futebol, damos um grande apoio naquilo que diz respeito à questão da nossa participação nas marchas populares, com a nossa Marcha de Belém, apoiamos eventos mais recreativos, os aniversários dos clubes, apoiamos festas e arraiais locais das próprias coletividades, apoiamos os clubes desportivos, nomeadamente nas deslocações de atletas para viagens até para fora da freguesia, porque são muito onerosas para as famílias e para os clubes, e portanto, damos esse apoio.

Temos procurado sempre avaliar de forma criteriosa aquilo que nos é pedido, mas temos sempre – e acho que posso dizer isso – temos sempre dado o apoio às iniciativas que nos são apresentadas, que tenham um racional e que façam sentido, que deem um apoio, de facto, à população residente aqui da freguesia.

E portanto, nessa perspetiva, acho que era importante deixar esta nota, porque é uma área em que investimos muito, e que nos orgulhamos muito de o fazer.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Sr. Presidente, também cumprimentá-lo e congratulá-lo pela sua nomeação, bom sucesso, que é o sucesso de todos.

Só complementar o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já disse, sobre esta questão dos saldos, porque eu acho que é importante, e é importante também para quem nos ouve, e que não está aqui, para não ficarem com ideias erradas, porque, de facto, quando nós falamos em 1.000.000€, parece muito, e os senhores dizem que podíamos gastar 1.000.000€, podíamos fazer mais coisas, podíamos isentar pessoas das taxas, podíamos fazer isto e aquilo. Mas, de facto, 1.000.000€ não é nada numa gestão de uma freguesia.

Eu relembro, por exemplo, que em 2021 – o Sr. Presidente já referiu, e muito bem, a pandemia, e se nós não tivéssemos, de facto, essa almofada, não haveria dinheiro para pagar ordenados, mas, por exemplo, relembro que em 2021 a Câmara, por sua iniciativa, decidiu não transferir 356.000€, ou coisa assim parecida, do protocolo da higiene urbana, num ano. Portanto, a Junta teve que adiantar esses trezentos e não sei quantos mil euros, porque a Câmara, o Executivo anterior, entendeu não transferir esse dinheiro. Ora, se a Junta não tivesse as almofadas necessárias, não teria tido capacidade para fazer isso.

E portanto, isto passa-se em muitas áreas. E, lá está, se olhar para esta questão de que as contas não são uma coisa que começa a 1 de janeiro e acaba a 31 de dezembro, mas as contas são contínuas – há contas que se começam a pagar num ano e que acabam noutro, os valores não são assim tão fechados como parece.

De facto, nós temos tido muita prudência ao longo de todos os anos. E devo, aliás, realçar que quando nós chegámos à Junta de Belém, pelo menos, em 2002 – janeiro de 2002 – o próprio Executivo do PS transitou cerca de 300.000€, na altura – e estamos a falar há vinte e dois anos – para o nosso Executivo. Portanto, é uma boa prática de manter um saldo que seja suficiente para acautelar.

Mas, só queria deixar nota que 1.000.000€ pode parecer muito – para nós todos, obviamente, para os nossos bolsos, é muito dinheiro; para uma Junta de Freguesia, não é, especialmente quando as instituições às vezes falham. E já nos aconteceu – por exemplo, já tivemos que fazer face a despesas extra de um ano para o outro, por causa da Covid e do aumento dos combustíveis, por exemplo, de os autocarros subirem de despesas de 90.000€ para 210.000€, de um ano para o outro, por exemplo. E a opção era simples: ou deixávamos de fazer campos de férias, ou a Junta tinha esse dinheiro para gastar, e gastou-o.

Mas, só para terminar, lembro também um ano, em que já não me lembro o que é que aconteceu – mas, não foi há muitos anos, foi há uns três, quatro anos – em que, por exemplo, a DGAL, durante pelo menos dois meses, não transferiu dinheiro para a Junta de Freguesia. Dois meses

de transferências da DGAL, neste momento, são cerca de 600.000€, ou quase 600.000€ que nós tivemos que ter em caixa para poder continuar a pagar ordenados.

Portanto, é bom relativizarmos estes números, para não acharmos que há muito dinheiro, porque não há.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, o voto contra do PCP, e as abstenções do PS e IL. -----

PONTO 5 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2024 (PPI e PPA)

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, o voto contra da IL, e as abstenções do PS e PCP. -----

PONTO 6 – Apreciação do Inventário a 2023/12/31

A Assembleia apreciou o Inventário a 31/12/2023. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação da alteração ao Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) 2023/2024

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Só para fazer aqui um comentário, para quebrar aquele silêncio ensurdecador.

Temos aqui uma atividade na escola, que é suportada pela Câmara Municipal de Lisboa, tal como tem sido nos outros anos transatos. E ainda recordar que no que diz respeito às escolas, que há pouco se estava a referir, só o anterior Executivo deixou aqui obra em três escolas do 1.º ciclo – se não estou em erro. Não tenho os valores presentes, talvez o Executivo nos possa elucidar qual é que foi o montante do investimento que foi feito aqui nas escolas do 1.º ciclo, nomeadamente a Escola de Caselas, dos Moinhos e do Restelo, e que foi um investimento significativo feito pelo Executivo.

Portanto, quando se diz que nada é feito aqui na freguesia, de apoio por parte do Executivo, também para quebrar essa ideia.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do aditamento ao Contrato de Objetivos entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para o ano 2024

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e PCP, e a abstenção da IL. -----

PONTO 9 – Apreciação e ratificação da adesão da Freguesia de Belém ao Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e o Fundo Ambiental para a operacionalização do Programa “Vale Eficiência”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a SESC – Sociedade de Estudos Superiores e Culturais, S.A.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular em Gestão do Lazer e Animação Turística celebrado entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) – Bernardo Galhofa

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 12 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular em Gestão do Lazer e Animação Turística celebrado entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) – Filipe Fernandes

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – Apreciação e aprovação do Regulamento de Utilização dos Moinhos do Parque dos Moinhos de Santana, Belém, Lisboa

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Relativamente a este regulamento, que eu penso que, em tempos, já esteve aqui em cima da mesa, quanto à sua utilização após a sua reabilitação, nomeadamente (se não estou em erro) com o moinho velho, havia já esta ideia que aqui agora nos aparece plasmada no Ponto n.º 3, do uso permitido para a realização de aulas, *workshops*, concertos, exposições, entre outras atividades culturais, podendo eventualmente ser cedido para residências artísticas, pelo período máximo de seis meses, desde que haja uma contrapartida que favoreça a população da Freguesia de Belém, como por exemplo, a realização de *workshops* ou aulas gratuitas.

Eu penso que carece de alguma explicação, e que haja aqui uma maior delimitação desta utilização, nomeadamente o que é que se entende por residências artísticas, pelo período de seis meses. Então, durante estes seis meses a população não beneficia, ou só beneficia em *workshops*, ou aulas gratuitas? Como é que isto, efetivamente, depois, se vai operacionalizar?

E ainda relativamente às taxas – novamente às taxas – que irão ser cobradas, porque não se percebe, relativamente às taxas que vão ser cobradas, também ficamos aqui com dúvidas. Este valor corresponde ao quê? Eventos privados? Durante quantos dias, quantas horas? As outras residências artísticas também vão ser imputadas a estas taxas, ou é uma cedência gratuita? É que, efetivamente, no regulamento, isto não se percebe, nem o que são as residências artísticas, nem quanto é que as residências artísticas também vão suportar em termos de taxas, uma vez que, ao que parece, o freguês ou o vizinho que queira utilizar estes moinhos para fazer algum evento privado terá que pagar uma taxa, mas não se percebe também por que utilização – um dia, uma hora, um fim de semana. Isto não está bem explícito, e gostaríamos de ter esclarecimentos relativamente a estes pontos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Vou fazer uma citação de um documento, depois já explico o que é o documento: *“A cidade de Lisboa já foi um lugar que contou com uma presença bastante significativa de moinhos de vento. Há cerca de um século e meio, Lisboa destacava-se das restantes capitais europeias com o maior número de moinhos de vento no seu perímetro. De acordo com os registos históricos, trabalhavam nas colinas periféricas da cidade, em 1834, não menos de cem moinhos de vento, cuja produção se juntava a cerca de vinte e cinco azenhas, e ainda a um reduzido número de velhas atafonas.”*

Esta citação é uma citação de uma proposta que o PCP fez no mandato anterior, na Câmara Municipal de Lisboa, uma proposta que visava a recuperação, qualificação e valorização do património molinológico – o património dos moinhos – da cidade de Lisboa. Esta proposta foi votada por unanimidade.

Isto para dizer que a questão dos moinhos é para nós uma questão bastante significativa, pela expressão que os moinhos têm, de uma vida pré-industrial na nossa cidade, de uma forma de

relacionamento com os recursos naturais, que os nossos anteriores estabeleciam, e é também importante porque, apesar de tudo, ainda há um número significativo de moinhos na cidade de Lisboa, recuperáveis. E não menos importante, os dois moinhos que nós temos no Parque de Santana são os moinhos com maior capacidade para a sua revitalização.

A proposta que apresentámos em 2020, na Câmara Municipal de Lisboa, tinha vários elementos – eu não os vou descrever todos, mas apresentava uma proposta para um plano integrado de recuperação dos moinhos de vento da cidade, com a criação, no Parque Urbano dos Moinhos de Santana, de um polo museológico dos moinhos de vento de Lisboa, e a criação de um centro interpretativo dos moinhos de Lisboa.

O programa integral de valorização social e cultural dos moinhos fazia apelo à mobilização do conhecimento científico e tecnológico existente, e também se propunha a mobilização das freguesias, das comunidades locais e das populações escolares.

Era esta a nossa perspetiva. Este projeto não teve tempo de se executar no mandato anterior, e pelo que sabemos, neste mandato a coisa não vai ser considerada. E era esta a nossa visão, era utilizar aquele património, que é um património, de certa forma, não único, porque no nosso Oeste, a norte de Lisboa, há experiências extraordinárias neste sentido, mas um património interessante na cidade de Lisboa.

A proposta de regulamento de utilização dos Moinhos de Santana que a Junta de Freguesia nos apresenta é uma outra coisa. A Junta de Freguesia transforma os moinhos em área coberta, e tal como uma sala, ou um armazém, ou uma rulote, disponibiliza para alugar os metros quadrados cobertos para as festas, os *workshops* ou as residências artísticas.

Como é que este modelo de utilização dos moinhos, deste património pré-industrial que nós temos, contribui para – e vou citar aquilo que está na proposta de regulamento – *“promover o convívio harmonioso da comunidade da Freguesia de Belém, proporcionando um ambiente convidativo para a integração com a natureza, o enriquecimento cultural e a promoção do bem-estar comunitário”*, como é que isto se vai resolver? Talvez a frescura da aragem que incide sobre os moinhos um dia nos ajudará a perceber.

De facto, o vazio do ponto de vista da valorização do património, e o vazio do projeto cultural que esta proposta nos apresenta, tem um preço: 50€ para os vizinhos, 100€ para os mouros.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, o Parque dos Moinhos de Santana é algo que nos orgulha imenso. Fomos, de facto, buscar um especialista, lá à zona do Oeste, onde existem vários casos feitos com muito êxito, que nos veio servir de consultor nas obras que fizemos, de reabilitação dos dois moinhos, que estavam a cair de podres. Nós, ao contrário de outras Juntas – lembro-me de S. Domingos de Benfica, que não conseguiu, andaram a tentar, e mais alguns outros sítios de Lisboa – fomos os únicos em Lisboa que reabilitámos os moinhos. E mais, e antes já tínhamos ajudado a reabilitar mais dois – não assim tão exemplarmente, mas o Moinho de Caselas, onde está a sede das Guias de Portugal,

e o Minho do CIF, que foi reabilitado também com o nosso apoio. Portanto, já são quatro moinhos que a Junta de Freguesia ajudou a reabilitar. E só não foi ao último, que é o quinto, que está no Caramão da Ajuda, mas que é nosso, porque o tribunal não permite, está à ordem de um processo judicial por causa do Belém Rugby Park. E por isso mesmo, nós não sabíamos, aquilo está à ordem do tribunal, e portanto, apesar de termos um CDC para o recuperarmos, não podemos mexer nele, e portanto, vai ficar por recuperar.

Agora, há duas questões aqui. Primeiro, a Fernanda Santos falou-nos sobre esta matéria. O que é que se passa neste aspeto? Bem, as taxas são estas que estão aqui, que são iguais às que estão no Espaço Ecológico. Fomos buscar *ipsis verbis* o que está no Espaço Ecológico, de utilização, para utilização quando há um caso ou outro que se justifique e devidamente autorizado, para fazer uma pequena festa de anos de crianças, ali no parque, e possam ter ali uma zona de apoio.

Sentimos que era uma necessidade, várias pessoas pediam-nos isso, e não havia um regulamento para esse efeito. Acho que é uma mais valia, já que temos aquele património ali, tão bonito, que possa também ser aproveitado para isto.

E depois, também sob proposta aqui da minha colega da cultura. Imaginem o seguinte caso: temos um escultor, por exemplo, que vem cá, faz-nos uma proposta, e que está disposto a pôr ali um equipamento, para começar a fazer escultura, e as crianças e as pessoas vão aparecendo e vão vendo, ele está ali no moinho, cá fora ou lá dentro, naquela zona, durante uma semana – até seis meses, num caso limite. Mas, imaginem, uma semana, ele está ali. O pagamento, como ele não nos vai cobrar nada, é o trabalho que ele desenvolve. Portanto, essa parceria que ele está ali a desenvolver naquele espaço magnífico, a fazer esculturas em barro, e por aí fora, e as pessoas poderem estar a assistir àquilo no local – crianças ou adultos, quem quisesse. É a forma de pagamento.

Portanto, eram essas duas coisas, que eu acho que é normal, é lógico que possa ser aproveitado para isto.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só porque esta é uma questão mais relevante do que se pode pensar. É que há uma coisa, o capitalismo tem coisas fantásticas – tem coisas fantásticas, foi Marx que disse, era um grande admirador das capacidades. E há uma coisa que o capitalismo tem de fantástico, que é o de transformar tudo em mercadoria – tudo em mercadoria, até o corpo dos homens e das mulheres ele consegue transformar em mercadoria – aliás, a força de trabalho é uma mercadoria, mas não vamos por aí.

Mas, o problema é este: é que nós, neste elemento, num elemento que podia ser trabalhado do ponto de vista do mais relevante para o desenvolvimento comunitário e para o desenvolvimento pessoal – isto é, introduzimos sobre este património, sobre este edificado, um projeto cultural, um projeto de desenvolvimento cultural, um projeto de desenvolvimento comunitário – o que nós

estamos a discutir são taxas – se paga mais, se paga menos, se vende mais, se vende menos, se vende o metro quadrado, se vende o decímetro, se vende o que se quer dizer.

Isto é, o Executivo nesta matéria falha redondamente – falha redondamente. Falha porque não transporta sobre esta matéria um projeto de desenvolvimento cultural, um projeto de desenvolvimento cívico, um projeto de desenvolvimento social de largo espetro. Esse é o grande problema. Portanto, continuamos a discutir se os fregueses pagam 50€ e se os mouros pagam 100€, ou se pagam 150€ pela utilização dos moinhos.

Lamentamos profundamente, obviamente.

--- Presidente do Executivo ---

Não, isto não se trata nada de fregueses, nem de mouros. Isto aqui, o que se passa é o seguinte: então, o que é que me diz do projeto da Escola Verde? O projeto da Escola Verde, que é lá num dos moinhos, por exemplo, o que é isso? Não é um projeto cultural, em que as escolas podem ir para lá gratuitamente usufruir daquele espaço, com as crianças, e ver o que era um moinho, e estarem as ditas escolas naquele sítio? Isto, o que é que é?

Estamos a cobrar taxas? Claro que não, isso já existe. Isto agora é uma situação nova, para casos privados, em que a população privada, em alguns casos que queira, tal como alugam o Espaço Ecológico, possam alugar um destes moinhos para estar lá uma festa de crianças, num espaço magnífico. É só para dar alegria e felicidade às pessoas.

E claro, há taxas. Há bocado estava muito preocupado, que temos muito dinheiro. Pois é, nós preocupamo-nos em cobrar receitas também, para desenvolvermos depois a nossa atividade noutros domínios. Isto tem mais taxas, como é evidente. Já percebeu o segredo, por que é que conseguimos ter dinheiro? É este.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Claro que percebemos, Sr. Presidente. Mas, efetivamente, e sendo uma iniciativa que também pode, na nossa perspetiva, ser interessante – e congratular a Vogal Ianara pela iniciativa, que me parece que é a sua mentora – mas também como tinha referido, esta já é uma proposta que já tinha estado aqui uma vez em cima da mesa, com a cedência destas instalações – foi noutro mandato, exatamente. Mas, esta ideia, portanto, já tinha aqui uma génese.

Aquilo que também se quer acautelar é um bem público que pode ser de benefício para todos – e o Sr. Presidente falou, e muito bem, do exemplo da escola, que pode beneficiar deste serviço – mas também temos de acautelar que, eventualmente, esta não pode ser uma utilização feita para outros fins, e que, efetivamente – imaginem, eu agora faço *crochet* e venho pedir-lhe para me ceder o moinho para estar ali a ensinar a fazer *crochet* às crianças da escola. Acho que esta atividade deve ser regulamentada de uma forma mais exaustiva, dando a garantia de que esta utilização é uma utilização feita com equilíbrio, porque reconheço que uma escola deve utilizar, é um bem notável para esta instituição; agora, para privados artistas, tem que se, de facto, também criar aqui algumas regras para esta utilização, porque senão podemos ter o risco de alguém se

instalar lá durante seis meses, quem sabe um ano, e depois não podermos acautelar o verdadeiro interesse daquele património. Isso está acautelado, a ocupação de um espaço público, nestes termos? Depois, como é que podemos atuar para que eventualmente não haja um abuso desta participação neste espaço?

E deixe-me só acrescentar ainda outra coisa, que era importante: e quais são os critérios? Quem é que vai para lá? Quando eu estava a dar este meu exemplo, de poder também candidatar-me a esta possibilidade, a fazer *crochet*, qual é o critério? A quem é que se vai atribuir? Quais são as regras também? Porque todos podem beneficiar desta instalação.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Eu queria congratular o Dr. João Soares, que durante muitos anos, na Câmara de Lisboa, fez exatamente isto, que foi entregar, durante determinado período, N *ateliers* artísticos espalhados pela cidade de Lisboa, a custo zero, tendo como contrapartida exatamente que o artista desse uma obra de arte, fizesse isto, fizesse aquilo. Portanto, isto é uma prática que o Dr. João Soares durante muitos anos fez em Lisboa, e o Dr. Jorge Sampaio também.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e com os votos contra do PS, PCP e IL. -----

PONTO 14 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Polidesportivo de Caselas

Retirado da ordem de trabalhos. -----

PONTO 15 – Apreciação e ratificação do Regulamento da 10.ª Edição da Corrida de Belém – edição de 2024

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e IL, e a abstenção do PCP. -----

PONTO 16 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

Não se registaram intervenções. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2024 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária